Estratégia Concursos

Aula 00

Saúde Pública p/ Prefeitura de Jacareí-SP (Diversos Cargos) Com Videoaulas - Pós-Edital

Autor:
Ligia Carvalheiro Fernandes, Mara Claudia Ribeiro

08 de Abril de 2020

Sumário

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 2

LEI 8080/90 - LEI ORGÂNICA DA SAÚDE 8

RESUMO DA CORUJA 55

LISTA DE QUESTÕES 57

LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS 69

LEGISLAÇÃO DO SUS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88



Este é um importante marco, pois o SUS foi CRIADO pela CF/88, lá no Título VIII: Da Ordem Social, no Capítulo II, da Seguridade Social, na Seção II: da Saúde.

Saiba que às questões acerca deste tema são LITERAIS ao extremo. Logo, todos os detalhes nos serão importantes!

Art. 196. A saúde é DIREITO DE TODOS e DEVER DO ESTADO, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Destaque na ampliação do direito à saúde, assim como a ampliação da responsabilidade do Estado em construir políticas sociais e econômicas. Em outras palavras, significa o fortalecimento do compromisso pela prevenção de saúde e de outros agravos relacionados (acidentes de trânsito, violência, uso de drogas psicoativas etc.). Neste artigo também estão duas diretrizes do SUS: universalidade e igualdade.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

O assunto da possibilidade da iniciativa privada participar da oferta de saúde em todos os níveis, começa a aparecer.

DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO → **SAÚDE** → **PODER PÚBLICO REGULAMENTA, FISCALIZA E**

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma REDE REGIONALIZADA E HIERARQUIZADA e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:



Detalhe importante:

No Art. 198, observe algumas legendas:

- → fundo amarelo, foi incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000
- → letra roxa, pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006
- → em cinza, pela LC 86/2015
- → em laranja, pela EC 63/2010

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I - os percentuais de que trata o § 2º;

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

Obs: A EC 29/00 altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. GRAVE ISSO!



Pela EC 29, ficou definido que a União corrigiria anualmente o orçamento federal destinado à saúde pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados ficaram obrigados a alocar, na função saúde, um percentual mínimo da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais estabelecido em 12%. Os municípios assumiram a responsabilidade de utilizar pelo menos 15% das suas receitas líquidas em saúde.

Veremos isso mais detalhado na aula da Lei Complementar 141/2012 (REGULAMENTAÇÃO DA EC Nº 29, DE 2000)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde **PODERÃO ADMITIR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS** por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias

poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

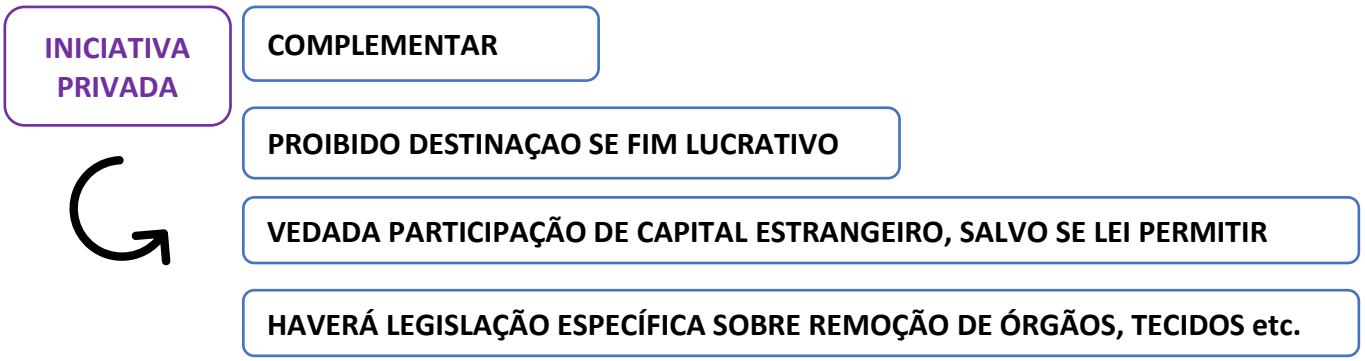
§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma COMPLEMENTAR do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Por este, tem-se a autorização da livre participação da iniciativa privada no país, autorizando a sua participação no SUS de forma COMPLEMENTAR com prioridade para as entidades filantrópicas.



Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Aqui temos a área enorme de abrangência do SUS. Observe as palavras destacadas no texto.

ABRANGÊNCIA DO SUS

- **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO QUE FOR DE INTERESSE À SAÚDE**
- **VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E SAÚDE DO TRABALHADOR**
- **RECURSOS HUMANOS**
- **SANEAMENTO BÁSICO**
- **DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**
- **FISCALIZAR E INSPECIONAR ALIMENTOS**
- **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PSICOATIVOS, TÓXICOS E RADIOATIVOS**
- **MEIO AMBIENTE (INCLUSO O TRABALHO)**





Ano: 2019

O SUS foi instituído pela Constituição Federal de _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

a) 1986

b) 1990

c) 1988

d) 1987

Resposta

Fácil demais, hein!

Foi instituído pela Constituição Cidadã de 1988!

Alternativa: C.

Ano: 2016

Segundo o artigo 199 da Constituição Federal de 1988, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Sendo assim, todas as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO:

a) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

b) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

c) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

d) As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Resposta

A participação da empresa privada poderá se dar de forma COMPLEMENTAR e não, Suplementar.

Alternativa: E.

Ano: 2015

Sobre o que estabelece a Constituição Federal acerca do SUS - Sistema Único de Saúde, é correto afirmar que

a) poderá ser integrado por instituições privadas com fins lucrativos, de forma complementar, as quais estarão autorizadas a receber aporte de recursos ou subvenções para a prestação dos serviços de saúde.

b) poderá ser integrado por instituições privadas sem fins lucrativos, de forma complementar, vedado o aporte de recursos ou subvenções para a prestação dos serviços de saúde.

c) será financiado por toda a sociedade, de forma direta e mediante recursos exclusivos da União.

d) poderão dele participar agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, admitidos por meio de contratação direta, realizada exclusivamente pela União.

e) compete-lhe participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

Resposta

Esse tipo de questão das competências do SUS é clássica. Vai treinando que, muito em breve, você não terá dificuldades de encontrar os erros e chegará na correta.

a) ERRADA. CF, ART. 199, § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

b) ERRADA. CF, ART. 199, § 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

c) ERRADA. CF, ART. 198, § 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

d) ERRADA. CF, ART.198, § 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

e) CERTA.

Alternativa: E.

Ano: 2013

Considerando o disposto na CF, julgue os itens a seguir, a respeito

do Sistema Único de Saúde (SUS).

Compete ao SUS a formulação de políticas e a execução de ações relacionadas ao saneamento básico.

Resposta

O saneamento está dentre as ações de responsabilidade do SUS.

Alternativa: Certa.

Ano: 2018

A Emenda Constitucional nº . 29, de 13/09/2000, altera os artigos 34, 35, 156,160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias. A finalidade desta Emenda Constitucional é

a) desvincular os patamares percentuais de investimento em saúde pela União, estados e municípios.

b) extinguir a intervenção da União nos estados, Distrito Federal e municípios em território federal.

c) atrelar um novo período de vigência da CPMF aos investimentos em saúde por parte da União.

d) obrigar o uso de recursos da saúde para despesas com determinantes sociais e econômicos.

e) assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resposta

As perguntas a respeito disso ficam muito focadas no próprio título da emenda. Logo, é necessário gravar claramente que veio para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Alternativa: E.

Ano: 2010

Os agentes locais do SUS poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e a complexidade das atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

Resposta

Que erro discreto. Ao invés de agentes locais, seria "gestores locais".

Alternativa: Errada.

LEI 8080/90 - LEI ORGÂNICA DA SAÚDE

Sem estudar esta lei, nem dá para falar que está estudando SUS!!!!

Mas, de cara, peço sua atenção! Ela não CRIOU o SUS, mas o REGULAMENTOU!

Antes de qualquer coisa saiba às modificações (já constantes nessa aula) que houve nesta legislação:

- Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995

Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS.

- Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999

Acrescenta dispositivos à Lei 8.080, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

- Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002

Acrescenta capítulo e artigo à Lei 8.080, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde.

- Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005

Altera a Lei 8.080, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós - parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

- Lei nº 12.401, de 2011

Altera a Lei 8.080, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do SUS.

- Lei nº 12.466, de 24 de agosto de 2011

Acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei 8.080, para dispor sobre as comissões Intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e suas respectivas composições, e dar outras providências.

- Lei nº 12.864, de 24 de setembro de 2013

Altera a Lei 8.080, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde.

- Lei nº 12.895, de 18 de dezembro de 2013

Altera a Lei 8.080, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.

- Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015

Altera o arts. 23 e 53 da Lei 8.080, permitindo a participação de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde

- Lei nº 13.427, de 30 de março de 2017

Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.



VAMOS "ESQUARTEJAR" A LEI 8080/90

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula, em todo o TERRITÓRIO NACIONAL, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO.

O SUS tem o papel de regulamentar toda e qualquer atividade de saúde no Brasil e não apenas as que são promovidas pelo poder público.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A saúde é um DIREITO FUNDAMENTAL do ser humano, DEVENDO O ESTADO prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado NÃO EXCLUI o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.



Observe o quanto este artigo conversa com o que vimos recentemente na CF/88, nos artigos da saúde.

Art. 196. A saúde é DIREITO DE TODOS e DEVER DO ESTADO, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros

agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 3o Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Percebeu o conceito de saúde, né! Leva em consideração os fatores condicionantes e determinantes, da mesma forma que a OMS.

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Veja que saúde NÃO É AUSÊNCIA DE DOENÇA. Envolve todos os fatores determinantes e condicionantes citados e cabe ao SUS desenvolver ações conjuntas com outros setores governamentais, tais como educação, meio ambiente, planejamento, segurança pública, dentre outros, no intuito de promover condições adequadas em prol da qualidade de vida da população, ou seja, praticar a intersetorialidade.

DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, CONSTITUI O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

Esta é a definição do Sistema Único de Saúde, cobrado em muitas questões. Acerca da iniciativa PRIVADA, não confunda! Se dá de forma COMPLEMENTAR. A saúde na forma SUPLEMENTAR (Ex. convênios privados) são regulados pela Agência Nacional de Saúde (ANS), que é uma autarquia do Ministério da Saúde.

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.



Ano: 2014

A questão refere-se ao texto abaixo.

“Art. 2 – A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1 – O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2 – O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.”

O artigo citado, e seus respectivos parágrafos, faz parte do texto da Lei / Norma / Lei Complementar:

a) LC n.º 141/12.

b) Lei n.º 8080/90.

c) Lei n.º 8142/90.

d) NOAS 01/2001.

e) NOAS 2006.

Resposta

Veja como foi literal. Trouxe até entre aspas. :) Trata-se da Lei 8080/90.

Alternativa: B

Ano: 2016

Quanto às responsabilidades estabelecidas na Lei Federal Nº 8.080/1990, assinale a alternativa CORRETA:

a) O dever do Estado não exclui o das pessoas, profissionais, das empresas e da sociedade.

b) O dever do Estado não exclui o dos gestores, das pessoas, das empresas e da sociedade.

c) O dever do Estado não exclui o das empresas, da família, clínicas particulares e da sociedade.

d) O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade

e) O dever do Estado não exclui o das empresas, dos políticos, dos gestores e da sociedade.

Resposta

Está lá no Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Alternativa: D.

Ano: 2012

De acordo com a Lei nº 8080/90, o que é o SUS. Marque a correta:

a) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições privadas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.

b) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.

c) Conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

d) Conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Resposta

Ótima forma de gravar é: leu, fez exercício. Este se refere exatamente ao artigo 4º. Só se atente, pois, a "a" tem a palavra "privadas" para te confundir.

Alternativa: B.

Ano: 2013

A concepção de saúde que fundamenta o Sistema Único de Saúde - SUS baseia-se na

a) assertiva de que a doença é um fenômeno essencialmente físico/biológico que decorre da ausência de um processo de educação em saúde, daí a necessidade de dirigir as ações, prioritariamente, para a população mais pobre.

b) predominância da configuração da doença e do indivíduo como o principal vetor dos sistemas epidemiológicos.

c) compreensão que a utilização Código de Identificação das Doenças - CID é o melhor indicador para definir a rede de serviços e as responsabilidades dos entes federados.

d) inclusão de condicionantes econômicos, sociais, culturais e bioecológicos, em uma visão abrangente e integrada dos serviços de saúde.

e) predominância da condicionante biológica no acometimento das doenças e a ampliação da saúde especializada, que lança mão dos avanços tecnológicos e que são fundamentais para a organização desse sistema em todo o território nacional.

Resposta

Saúde no modelo ampliado e atual da Organização Mundial da Saúde que inclui os determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Alternativa: D.

Ano: 2012

De acordo com a Lei nº 8080/90, podemos afirmar:

a) A iniciativa privada poderá participar de forma suplementar do SUS.

b) A iniciativa privada poderá participar de forma complementar do SUS.

c) A iniciativa privada poderá participar de forma suplementar do SUS, desde que o apoio financeiro não seja de estados estrangeiros.

d) A iniciativa privada não poderá participar do SUS.

Resposta

Esta foi simples e direta: Iniciativa privada no Sus é caráter complementar.

Alternativa: B.

Ano: 2013

Sobre a participação da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde (SUS), marque a alternativa INCORRETA.

a) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

b) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

c) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

d) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Resposta

Como essa é a busca da “incorreta”, aproveita e estude pelas certas, ok?!

A correção está na letra “a”, visto que a destinação deve ser sem fins lucrativos.

Alternativa: A.

Ano: 2013

A iniciativa privada deve participar do SUS de forma majoritária.

Resposta

Em caráter complementar e não majoritária.

Alternativa Errada.

Art. 5º São OBJETIVOS do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei; [em roxo]

Lembra: § 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Aqui, novamente, expressa como o conceito "saúde" é visto e grande foco na integralidade.



Art. 6º Estão INCLUÍDAS ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações de:

a) Vigilância Sanitária

b) Vigilância Epidemiológica

c) Saúde do Trabalhador

d) Assistência Terapêutica Integral (inclusive farmacêutica)

II - a participação na formulação da política e na execução de ações de **saneamento básico**;

III - a ordenação da formação de **recursos humanos** na área de saúde;

IV - a **vigilância nutricional** e a orientação alimentar;

V - a colaboração na proteção do **meio ambiente**, nele compreendido o do trabalho;

VI - a formulação da política de **medicamentos, equipamentos, imunobiológicos** e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção;

VII - o controle e a **fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde**;

VIII - a fiscalização e a **inspeção de alimentos, água e bebidas** para consumo humano;

IX - a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos **psicoativos, tóxicos e radioativos**;

X - o incremento, em sua área de atuação, do **desenvolvimento científico e tecnológico**;

XI - a formulação e execução da **política de sangue e seus derivados.**

É comum a banca misturar o trecho "ainda estão inclusos", como sendo objetivo, ou seja, fazer bagunça com os dois artigos acime. Preste atenção!

Alguma semelhança com o Art. 200 da CF/80? Tudo, né!



Ano: 2015

Considerando os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS), dispostos na Lei nº 8.080/90, analise as afirmativas a seguir:

I – Um dos objetivos do SUS diz respeito à identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

II – O SUS tem como objetivo principal a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica e de saúde do trabalhador.

III – Não está incluída nos objetivos do SUS a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Está correto somente o que se afirma em:

a) I;

b) II;

c) III;

d) I e II;

e) II e III.

Resposta

I - Certa.

II - Errada. Olha a pegadinha. O Art. 5º são os objetivos principais. O que diz essa assertiva e sobre o Art 6º, que amplia o campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

III - Errada. Lembra do Art. 5º, no último item:

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Alternativa: A.

Ano: 2015

Ao Sistema Único de Saúde – SUS não compete

a) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

b) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

c) ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

d) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

e) colaborar na proteção do consumidor de produtos e serviços.

Resposta

Reveja o campo de ação do SUS. A proteção do consumidor não está inclusa.

Alternativa: E.

Atente-se àquelas que não são tão fáceis de lembrar tais como vigilância nutricional, proteção ao meio ambiente, fiscalização de produtos etc.



As definições abaixo são **IMPORTANTÍSSIMAS** para sua prova. Caem de forma extremamente literal e pode te salvar na hora da prova!

Procure as palavras chaves para te ajudar a memorizar.

§ 1º Entende-se por **VIGILÂNCIA SANITÁRIA**: um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

A palavra-chave é ELIMINAÇÃO DE RISCOS e INTERVENÇÃO.

§ 2º Entende-se por **VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA** um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

A palavra-chave é a MODIFICAÇÃO nos DETERMINANTES E CONDICIONANTES da saúde.

§ 3º Entende-se por **SAÚDE DO TRABALHADOR** para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

Note que é a aplicação dos conceitos de Vigilância Sanitária e Epidemiológica ao TRABALHADOR!

Art. 7º As ações e serviços PÚBLICOS de saúde e os serviços PRIVADOS contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no Art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes PRINCÍPIOS:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;

VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

VIII - participação da comunidade;

IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:

a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;

b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;

X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;

XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e

XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

XIV – organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.



Primeiro fato: os serviços PRIVADOS também devem funcionar sob as "regras" mencionadas acima.

Esse é um dos artigos de GRANDE RELEVÂNCIA para sua prova e SOMENTE A PRÁTICA, através dos EXERCÍCIOS, te dará condições tranquilas de memorização.

Há uma forma muito cobrada em concurso relativo à divisão dos princípios:

PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS

(São aqueles que afirmam a garantia do direito à saúde)

UNIVERSALIZAÇÃO

A saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas (por isso é chamado de UNIVERSAL) e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.

Todos têm direito a saúde, não importa a sua condição econômica ou social.

EQUIDADE

O objetivo desse princípio é diminuir desigualdades (IGUALDADE PARA TODOS). Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

INTEGRALIDADE

Este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS

REGIONALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO

Os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da população a ser atendida. A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado deles. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região.

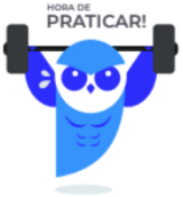
DESCENTRALIZAÇÃO E COMANDO ÚNICO

Descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos. No SUS, a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função. Para que valha o princípio da descentralização, existe a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema. Para isto, devem ser criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde.

A "dica" clássica é notar que os **PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS** (começam com consoante) são constituídos pela Regionalização/Hierarquização, Descentralização e Participação Popular (tudo começa com consoante). Já os **PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS** (começa com consoante) são constituídos pela Universalização, Equidade e Integralidade (tudo começa com vogal).



Ano: 2016

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser entendido a partir da seguinte imagem: um núcleo comum, que concentra os princípios doutrinários, e uma forma de organização e operacionalização, que são os princípios organizativos. Assinale a alternativa correta sobre quais são os princípios do SUS.

a) Princípios doutrinários (humanização, despotismo e integralidade). Princípios organizativos (regionalização e hierarquização).

b) Princípios doutrinários (universalidade, equidade e integralidade). Princípios organizativos (regionalização e hierarquização).

c) Princípios doutrinários (universalidade, equidade e integralidade). Princípios organizativos (centralização e hierarquização).

d) Princípios doutrinários (universalidade, equidade e fracionalidade). Princípios organizativos (regionalização e hierarquização).

Resposta

Reforçando, os princípios do SUS se dividem em 2 grupos: doutrinários e organizativos.

Doutrinários: universalidade, equidade e integralidade.

Organizativos: regionalização, hierarquização, descentralização e controle social.

Alternativa: B.

Ano: 2016

O SUS pode ser entendido a partir de um núcleo comum (único), que concentra os princípios doutrinários, e uma forma de organização e operacionalização, os princípios organizativos. São Princípios Organizativos do SUS:

I. Universalização e Integralidade.

II. Regionalização e Hierarquização.

III. Descentralização e Comando Único.

IV. Participação popular e Equidade.

Está correto afirmar em:

A I, II, III, IV.

B I e IV apenas.

C II, III e IV apenas.

D II e III apenas.

E III e IV apenas.

Resposta

A questão pede os Princípios Organizativos dos Sus, que são: Regionalização e Hierarquização, Descentralização e Comando Único e Participação Popular.

Alternativa: D.

Ano: 2015

Um dos princípios do Sistema Único de Saúde determina que todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, têm direito ao acesso às ações e serviços de saúde. Trata-se do princípio de

a) Igualdade.

b) Equidade.

c) Universalidade.

d) Integralidade.

Resposta

Isso está lá no Art. 7ª, item I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência

Alternativa: C.

ORGANIZAÇÃO DIREÇÃO E GESTÃO

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

O que reforça o que vimos até agora!

Muitos trechos se "repetem" mas sempre com algum enfoque que complementa.

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

COMANDO DO SUS



Governo Federal	Ministério da Saúde
Estadual	Secretárias Estaduais
Municípios	Secretárias Municipais

Após a definição dos princípios organizativos do SUS (Regionalização/Hierarquização, Descentralização e Participação Popular), a lei estabelece um conjunto de comissões atuantes no SUS, assim como responsabilidades sanitárias e competências das esferas de gestão.

Art. 10. Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

§ 1º Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.

§ 2º No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

Distrito sanitário compreende uma área geográfica que comporta uma população com características epidemiológicas e sociais e suas necessidades, e os recursos de saúde para atendê-la.

Ao expressar um acordo firmado entre municípios, possibilita aos prefeitos municipais assegurar ações e serviços mediante a utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis. A união desses recursos produzirá os resultados desejados, o que não ocorreria se os municípios atuassem isoladamente.



Ano: 2017

A construção do atual Sistema Único de Saúde (SUS) passou por vários momentos de luta em diferentes cenários econômicos e políticos. Com relação a esse assunto, julgue o próximo item.

O distrito sanitário, como um processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS, é um micro espaço de luta política, adota uma concepção ampliada do processo saúde-doença e orienta-se pelos problemas de saúde da população para elaborar o planejamento local das ações intersetoriais.

Resposta

Está correta! Nos Distritos Sanitários (DS), é importante a sua microlocalização, que pode ser realizada com a utilização de mapas inteligentes manuais ou aplicativos de georreferenciamento das informações, para fazer a montagem de intervenções dirigidas a grupos populacionais ou ambientes específicos do território.

Alternativa: Certa.

Ano: 2013

De acordo com os princípios da descentralização e do comando único no SUS, os municípios devem ser os principais executores das ações e serviços de saúde, devendo a gestão do sistema ser realizada pelo Ministério da Saúde, que contém o comando único do SUS.

Resposta

Art. 7º (...)

(...)

IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:

a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;

b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;

Alternativa: Errada.

O Art. 11 (vetado)

Art. 12. Serão criadas **COMISSÕES INTERSETORIAIS** de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

Parágrafo único. As comissões intersetoriais terão a **FINALIDADE** de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução **envolva áreas NÃO compreendidas** no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 13. A articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:

I - alimentação e nutrição;

II - saneamento e meio ambiente;

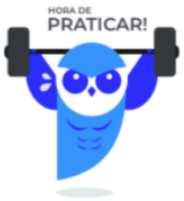
III - vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;

IV - recursos humanos;

V - ciência e tecnologia; e

VI - saúde do trabalhador.

Conhecida como intersetorialidade, essa prática é realizada pelo SUS junto a outros campos – educação, trabalho, meio ambiente, dentre outros, como descrito no Art. 13º, fortalecendo diversas atividades, principalmente na área da promoção da saúde.



Ano: 2015

Conforme a Lei 8.080/1990, as comissões intersetoriais de âmbito nacional são subordinadas à(ao) _____.

a) Ministério da Saúde.

b) Secretaria de Saúde.

c) Conselho Nacional de Saúde.

d) Conferência de Saúde.

Resposta

Cuidado para não escorregar e marcar MS. São subordinadas ao CNS.

Alternativa: C.

Ano: 2015

A articulação das políticas e programas, a cargo das Comissões Intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades, EXCETO,

a) alimentação e nutrição.

b) saneamento e meio ambiente.

c) recursos financeiros.

d) saúde do trabalhador.

e) ciência e tecnologia.

Resposta

Não falamos nada de abrangência de recursos financeiros! Todas às demais alternativas são idênticas ao que consta no art. 13.

Alternativa: C.

Art. 14. Deverão ser criadas **COMISSÕES PERMANENTES** de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.

Parágrafo único. Cada uma dessas comissões terá por finalidade propor prioridades, métodos e estratégias para a **FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA** dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera correspondente, assim como em relação à PESQUISA e à cooperação técnica entre essas instituições.

Art. 14-A. As **COMISSÕES INTERGESTORES** Bipartite e Tripartite são reconhecidas como **FOROS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO** entre GESTORES, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).



NÃO CONFUNDA!

COMISSÕES PERMANENTES - EDUCAÇÃO

COMISSÕES INTERGESTORES - PACTUAÇÃO DE GESTORES



Ano: 2018

Nos aspectos operacionais e na construção de pactos nacionais, estaduais e regionais no Sistema Único de Saúde (SUS), a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) constitui-se como foro permanente de

a) negociação, articulação e decisão entre os gestores.

b) discussão entre o Ministério da Saúde e três secretarias estaduais de saúde.

c) discussão entre o Ministério da Saúde, uma Secretaria Estadual de Saúde e uma Secretaria Municipal de Saúde.

d) discussão de estratégias e implementação das ações de saúde no âmbito municipal.

e) avaliação e elaboração de estratégias para implementação das ações de saúde no âmbito municipal e distrital.

Resposta

Art. 14-A. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Alternativa: A

Parágrafo único. A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por OBJETIVO:

I - decidir sobre os **aspectos operacionais, financeiros e administrativos** da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde;

II - definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da **organização das redes de ações e serviços de saúde**, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados;

III - fixar diretrizes sobre as **regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contra referência** e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados.

É importante saber que há uma mediação de relação entre as esferas. A estadual medeia a relação entre os sistemas municipais, assim como o federal medeia o sistema estadual que são feitas através de fóruns de negociação integrados pelos gestores de cada esfera - a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) - e pelos gestores estadual e municipal - a Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Art. 14-B. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento.

ENTIDADE REPRESENTATIVA	ESTADUAL	CONASS
	MUNICIPAL	CONASEMS

§ 1o O Conass e o Conasems receberão recursos do orçamento geral da União por meio do **Fundo Nacional de Saúde**, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União.

§ 2o Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos.



Ano: 2013

As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde.

A atuação dessas comissões tem entre seus objetivos, o de

a) definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde.

b) decidir exclusivamente a respeito dos aspectos operacionais e financeiros da gestão compartilhada do SUS.

c) articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva diretamente áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

d) apoiar os gestores estaduais na formulação de políticas regionais que visem à integração dos territórios e dos sistemas de referência e contrarreferência.

e) propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Resposta

Volta lá no Art 14-A! Literal de novo!

Alternativa: A

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Vejamos, agora, as atribuições. Primeiramente o que é comum a todos os entes:

Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

I - definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde;

II - administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde;

III - acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais;

IV - organização e coordenação do sistema de informação de saúde;

V - elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde;

VI - elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador;

VII - participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente;

VIII - elaboração e atualização periódica do plano de saúde;

IX - participação na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;

X - elaboração da proposta orçamentária do Sistema Único de Saúde (SUS), de conformidade com o plano de saúde;

XI - elaboração de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública;

XII - realização de operações externas de natureza financeira de interesse da saúde, autorizadas pelo Senado Federal;

XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização;

XIV - implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

XV - propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente;

XVI - elaborar normas técnico-científicas de promoção, proteção e recuperação da saúde;

XVII - promover articulação com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil para a definição e controle dos padrões éticos para pesquisa, ações e serviços de saúde;

XVIII - promover a articulação da política e dos planos de saúde;

XIX - realizar pesquisas e estudos na área de saúde;

XX - definir as instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária;

XXI - fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial.



Ano: 2017

Está INCORRETO afirmar que são atribuições comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito administrativo do Sistema Único de Saúde:

a) A administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde.

b) A elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador.

c) A restrição de pesquisas e estudos na área de saúde às instituições internacionais.

d) A implementação do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.

Resposta

Tudo relativo ao artigo XV.

a) Certa. Art 15º Item II

b) Certa. Art 15º Item VI

c) Errada. Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições: XIX - realizar pesquisas e estudos na área de saúde. Logo, não há restrição.

d) Certa. Art 15º Item XIV.

Alternativa: C.

Ano: 2019

A Lei nº 8.080/90 define as atribuições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Segundo essa lei, é atribuição comum a todas as esferas:

a) coordenar ações e serviços de saúde

b) formular políticas de alimentação e nutrição

c) a administração dos recursos financeiros destinados à saúde

d) executar ações de vigilância sanitária

Resposta

Quando o assunto é financiamento, lembre-se que a competência é compartilhada entre os entes, no entanto, há algumas exceções. Ex. Saúde Indígena, o financiamento é da União.

Alternativa: C.

Perceba que âmbito Nacional são ações mais organizativas e coordenativas. As Estaduais, também tem cunho coordenativo, mas com elo com o âmbito Municipal e este, muito mais participativo e perto no processo e problemas de saúde.

Art. 16. A direção NACIONAL do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:

I - formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição;

II - participar na formulação e na implementação das políticas:

a) de controle das agressões ao meio ambiente;

b) de saneamento básico; e

c) relativas às condições e aos ambientes de trabalho;

III - definir e coordenar os sistemas:

a) de redes integradas de assistência de alta complexidade;

b) de rede de laboratórios de saúde pública;

c) de vigilância epidemiológica; e

d) vigilância sanitária;

IV - participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana;

V - participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador;

VI - coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica;

VII - estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VIII - estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano;

IX - promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde;

X - formular, avaliar, elaborar normas e participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais;

XI - identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;

XII - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

XIII - prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional;

XIV - elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde;

XV - promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal;

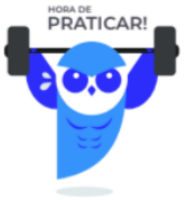
XVI - normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

XVII - acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais;

XVIII - elaborar o Planejamento Estratégico Nacional no âmbito do SUS, em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal;

XIX - estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal.

Parágrafo único. A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.



Ano: 2016

No Art. 16, da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90) comenta-se sobre a direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) a qual compete, especificamente:

a) participar das comissões sindicais deliberadas para movimentos grevistas e de reivindicação.

b) informar ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical sobre os riscos de acidentes de trabalho.

c) definir os sistemas informacionais que devem ser utilizados na rede particular e pública de saúde.

d) prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional.

Resposta

Alternativa: Veja que não pode ser uma tarefa muito operacional, mas sim de apoio às demais esferas.

Alternativa: D.

Art. 17. À direção ESTADUAL do Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

I - promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde;

II - acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS);

III - prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde;

IV - coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) de vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição; e

d) de saúde do trabalhador;

V - participar, junto com os órgãos afins, do controle dos agravos do meio ambiente que tenham repercussão na saúde humana;

VI - participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico;

VII - participar das ações de controle e avaliação das condições e dos ambientes de trabalho;

VIII - em caráter suplementar, formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional;

X - coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa;

XI - estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde;

XII - formular normas e estabelecer padrões, em caráter suplementar, de procedimentos de controle de qualidade para produtos e substâncias de consumo humano;

XIII - colaborar com a União na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

XIV - o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.



Ano: 2010

De acordo com o Art. 17 da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS), compete:

a) definir os sistemas de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária.

b) prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde.

c) normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.

d) formar consórcios administrativos intermunicipais.

e) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

Resposta

Procure pela alternativa que faz um elo direto com o município.

Alternativa: B.

Art. 18. À direção MUNICIPAL do Sistema de Saúde (SUS) compete:

I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;

III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV - executar serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição;

d) de saneamento básico; e

e) de saúde do trabalhador;

V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

VI - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VII - formar consórcios administrativos intermunicipais;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;

IX - colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

X - observado o disposto no art. 26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;

XI - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

XII - normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação.



Ano: 2019

No capítulo IV, da lei nº 8.080/1990, sobre as Competências e as Atribuições, o artigo 18 afirma que, à direção municipal do SUS, compete:

a) executar serviços de vigilância epidemiológica e sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico e de saúde do trabalhador

b) participar da definição de normas, critérios e padrões, para o controle das condições e dos ambientes de trabalho, e coordenar a política de saúde do trabalhador

c) coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica, estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras

d) definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade, de rede de laboratórios de saúde pública, de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitária

Resposta

O município tem atribuições de execução, operacionalização e gestão local. A maioria das alternativas foca em coordenar e definir, que fogem da competência municipal.

Alternativa: A.

Art. 19. Ao Distrito Federal competem as atribuições reservadas aos Estados e aos Municípios.

Importante saber que o Distrito Federal tem o papel de acumular as competências do Estado e dos Municípios.

Isso significa que são atribuições COMUNS, mas com níveis hierárquicos e funções específicas diferentes.



Exemplo: MEIO AMBIENTE:

Nacional: II - participar na formulação e na implementação das políticas:
a) de controle das agressões ao meio ambiente;

Estadual: VII - participar das ações de controle e avaliação das condições e dos ambientes de trabalho;

Municipal: VI - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las

Reparou? Mesmo assunto, com enfoques diferentes. Veja que em direção ao municipal, vai ficando mais próximo do território e operacional.

- → **União:** Definir e Coordenar
- → **Estado:** Coordenar e Executar ações e serviços.
- → **Municípios:** Gerir, Executar ações e serviços.

Outro ponto importante:

Alguns pontos são facílimos de identificar o ente a que se refere:

Exemplo 1:

I - promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde.

Adivinha? Só pode ser competência do Estado, visto que a descentralização ocorre para o ente imediatamente inferior.

Exemplo 2:

XI - identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde.

A quem se refere? Obviamente, ao nível federal, visto que cita os demais entes abaixo dele no assunto.

DO SUBSISTEMA DE ATENÇÃO INDÍGENA

Incluída pela Lei 9836 de 1999, a Lei 8080/90 estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena como componente do SUS:

Art. 19-A. As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto nesta Lei.

Art. 19-B. É instituído um SUBSISTEMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA, componente do Sistema Único de Saúde – SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração.

Art. 19-C. Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Art. 19-D. O SUS promoverá a articulação do Subsistema instituído por esta Lei com os órgãos responsáveis pela Política Indígena do País.

Art. 19-E. Os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações.

> **Quanto ao custeio:** a responsabilidade é da União, mas os Estados, Municípios e outras Instituições Governamentais ou não poderão, DE FORMA COMPLEMENTAR, colaborar.

Art. 19-F. Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a REALIDADE LOCAL E ESPECIFICIDADES da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma ABORDAGEM DIFERENCIADA E GLOBAL, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

Art. 19-G. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado.

§ 1o O Subsistema de que trata o caput deste artigo terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

§ 2o O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações.

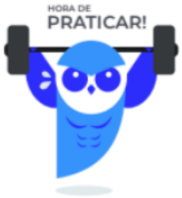


> § 3o As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.

Art. 19-H. As populações indígenas TERÃO DIREITO a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso.

Universalidade, Integralidade e Participação Social, igualmente à População Indígena.





Ano: 2019

As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto na Lei 8080/90.

Sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, é correto afirmar que:

a) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, centralizado, hierarquizado e regionalizado.

b) Caberá à União, aos Estados e Municípios financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

c) Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

d) As populações indígenas não terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

Resposta

a) Errada. Descentralizado.

b) Errada. Financiamento da Saúde Indígena, é competência da União.

c) Certa.

d) Errada. Terão direito, sim!

Alternativa: C.

Ano: 2013

De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde a respeito das ações e serviços do "Subsistema de Atenção à Saúde Indígena", analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

I. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado.

II. As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Estadual de Saúde.

III. O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena sem, no entanto, modificar ou adaptar sua estrutura e organização nas regiões onde residem essas populações.

Está(ão) correta(s) somente:

a) a afirmativa I.

b) a afirmativa II.

c) a afirmativa III.

d) as afirmativas I e II.

e) as afirmativas II e III.

Resposta

O erro está na III: § 2º: O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações.

Alternativa: D.

Ano: 2018

Assinale a alternativa correta de acordo com o que estabelece a Lei n° 8.080/1990 acerca do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

a) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado.

b) Caberá aos Estados e aos Municípios, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

c) A União poderá atuar complementarmente no custeio e execução das ações pertinentes ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

d) As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, apenas em âmbito local, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.

Resposta

a) Certa.

b) Errada. Este é encargo da União.

c) Errada. Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

d) As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.

Alternativa: A.

Ano: 2005

A organização e a implementação do Subsistema de Saúde Indígena devem ser executadas e financiadas pela União. Os serviços de saúde indígena devem considerar as especificidades da cultura indígena e sua realidade local, além de oferecer abordagem diferenciada em sua implementação. Como integrante do SUS, esse sistema deve observar os princípios da descentralização, da hierarquização e da regionalização.

Resposta

Perfeito! Um resumo do que lemos antes.

Alternativa: Certa.

DO SUBSISTEMA DE ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DOMICILIAR

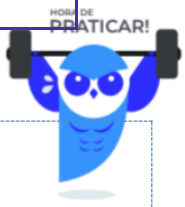
Art. 19-I. São estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o ATENDIMENTO DOMICILIAR e a INTERNAÇÃO DOMICILIAR.

§ 1o Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.

§ 2o O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora.

§ 3o O atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do paciente e de sua família.

Com indicação médica, concordância familiar e atendendo a requisitos de protocolos, uma equipe multidisciplinar (medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia e serviço social) prestará assistência nos níveis preventivos, terapêuticos e de reabilitação, ou seja, integrais.



Ano: 2010

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas.

I. São estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento domiciliar e a internação domiciliar.

II. Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros, necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.

III. O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora.

IV. O atendimento e a internação domiciliares poderão ser realizados independentemente de indicação médica, desde que haja expressa concordância do paciente e de sua família.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

Resposta

O erro está na última, visto que é necessário a indicação médica e concordância da família.

Alternativa: A

DO SUBSISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DURANTE O TRABALHO DE PRÉ PARTO, PARTO E PÓS PARTO IMEDIATO.

Art. 19-J. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

§ 1o O acompanhante de que trata o caput deste artigo será INDICADO PELA PARTURIENTE

§ 2o As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata este artigo constarão do regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo.

§ 3o Ficam os hospitais de todo o País obrigados a manter, em LOCAL VISÍVEL de suas dependências, AVISO informando sobre o direito estabelecido no caput deste artigo.



Ano: 2018

Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto, de acordo com o que determina a Lei do acompanhante. Nesse sentido, as diretrizes do Ministério da Saúde estabelecem que

a) a presença de acompanhantes no pós-parto imediato não é permitida por causa dos procedimentos a serem realizados na mulher e no recém-nascido.

b) o acompanhante tem o direito a permanecer com a parturiente apenas no pré-parto e pós-parto em virtude do número excessivo de profissionais nesses ambientes.

c) o acompanhante do sexo masculino não tem o direito a permanecer com a parturiente no pré-parto, devido à presença de outras mulheres em trabalho de parto.

d) a presença de acompanhantes no processo parturitivo reduz o uso de medicações para alívio da dor, a duração do trabalho de parto e o número de cesáreas.

Resposta

A presença do acompanhante escolhido pela parturiente funciona como um conforto ao meio deste momento que pode ser marcado por medos, inseguranças e dor.

Alternativa: D.

Ano: 2010

Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, de

a) 2 (dois) acompanhantes.

b) nenhum acompanhante.

c) 1 (um) acompanhante.

d) 2 (dois) acompanhantes rotativos.

e) 1 (um) acompanhante e 1 (um) familiar.

Resposta

Garante 1 acompanhante, sendo ou não familiar.

Alternativa: C.

Art. 19-L. Vetado

DA ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E DA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE

Art. 19-M. A assistência terapêutica integral [...] consiste em:

I - dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde*, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravo à saúde a ser tratado ou, na falta do protocolo, em conformidade com o disposto no art. 19-P;

II - oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.

Art. 19-N. Para os efeitos do disposto no art. 19-M, são adotadas as seguintes definições:

I - produtos de interesse para a saúde*: órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos;

II - protocolo clínico e diretriz terapêutica: documento que estabelece critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.

Art. 19-O. Os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas deverão estabelecer os medicamentos ou produtos necessários nas **DIFERENTES FASES EVOLUTIVAS DE DOENÇAS OU DO AGRAVO** à saúde de que tratam, bem como aqueles indicados em casos de perda de eficácia e de surgimento de intolerância ou reação adversa relevante, provocadas pelo medicamento, produto ou procedimento de primeira escolha.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os medicamentos ou produtos de que trata o caput deste artigo serão aqueles avaliados quanto à sua eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade para as diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde de que trata o protocolo.



Ano: 2018

Conforme a Lei nº 8.080/90, a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologias em saúde descritas na referida lei, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

( ) A assistência terapêutica integral consiste na dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, tais como órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos, e na oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.

( ) A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

( ) A assistência terapêutica integral deve ser garantida pelos municípios, que deverão realizar o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto ou procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), diretamente aos pacientes.

( ) Para a incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, serão consideradas as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou autorização de uso.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

A V – V – F – V.

B V – F – V – V.

C F – F – V – V.

D V – V – F – F.

E F – V – V – F.

Resposta

Você vai encontrar um erro na terceira assertiva e está baseado no seguinte:

Art. 19-T. São vedados, em todas as esferas de gestão do SUS:

I - o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

II - a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na Anvisa.”

Alternativa: A.

Veja que os protocolos são baseados em evidências científicas e incluem mais de uma opção terapêutica, quanto a primeira escolha é insatisfatória ou apresenta efeitos colaterais que justifiquem a troca.

Art. 19-P. Na **FALTA DE PROTOCOLO CLÍNICO** ou de diretriz terapêutica, a dispensação será realizada:

I - com base nas relações de medicamentos instituídas pelo gestor federal do SUS, observadas as competências estabelecidas nesta Lei, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite;

II - no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores estaduais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Bipartite.

III - no âmbito de cada Município, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores municipais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada no Conselho Municipal de Saúde.

Art. 19-Q. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do MINISTÉRIO DA SAUDE, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

§ 1o A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, cuja composição e regimento são definidos em regulamento, contará com a participação de 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pelo Conselho Federal de Medicina.

COMISSÃO NACIONAL DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS NO SUS

- **1 INDICADO PELO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**
- **1 INDICADO PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**

§ 2o O relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS levará em consideração, necessariamente:

I - as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso.

II - a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível.

Abaixo, são trâmites administrativos para a alteração das tecnologias (olha o enrosco!)

Art. 19-R. A incorporação, a exclusão e a alteração a que se refere o art. 19-Q serão efetuadas mediante a instauração de processo administrativo, a ser concluído em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que foi protocolado o pedido, admitida a sua prorrogação por 90 (noventa) dias corridos, quando as circunstâncias exigirem.

§ 1o O processo de que trata o caput deste artigo observará, no que couber, o disposto na Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e as seguintes determinações especiais:

I - apresentação pelo interessado dos documentos e, se cabível, das amostras de produtos, na forma do regulamento, com informações necessárias para o atendimento do disposto no § 2o do art. 19-Q;

II - Vetado

III - realização de consulta pública que inclua a divulgação do parecer emitido pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS;

IV - realização de audiência pública, antes da tomada de decisão, se a relevância da matéria justificar o evento.



§ 2o Vetado

Art. 19-S. (Vetado)

Art. 19-T. São vedados, em todas as esferas de gestão do SUS:

I - o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

II - a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na Anvisa."

Sem registro na ANVISA ou reprovação por ela, não há pagamento!

Art. 19-U. A responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, produtos de interesse para a saúde ou procedimentos de que trata este Capítulo será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite.



Ano: 2018

A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de um protocolo clínico ou diretriz terapêutica, são atribuições

a) do Ministério da Saúde

b) do Governo Federal

c) das Autarquias

d) das Empresas Privadas

e) dos municípios

Resposta

Volta lá no Art. 19-Q. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

Alternativa: A.

DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 20. Os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados, e de pessoas jurídicas de DIREITO PRIVADO na promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 21. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. (Como consta na CF/88)

Art. 22. Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento.



Participação de $$ estrangeiro na assistência à saúde, pode? Via de regra, não!

Exceção: doações de organismos internacionais vinculados à Org. das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.

Art. 23. É permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos seguintes casos:

I - doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos;

II - pessoas jurídicas destinadas a instalar, operacionalizar ou explorar:

a) hospital geral, inclusive filantrópico, hospital especializado, policlínica, clínica geral e clínica especializada;

b) ações e pesquisas de planejamento familiar;

III - serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social; e

IV - demais casos previstos em legislação específica.

DA PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR

Agora, será explicado o que quer dizer que a iniciativa privada pode participar em caráter COMPLEMENTAR:

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

Art. 25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 26. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela DIREÇÃO NACIONAL do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

§ 1° Na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida neste artigo, a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-financeiro que garanta a efetiva **qualidade de execução dos serviços contratados.**

§ 2° Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

§ 3° Vetado

§ 4° Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS).



Ano: 2016

Em relação à participação complementar, quando o município não possuir disponibilidade suficiente para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde poderá:

I remover os pacientes para outro município limítrofe

II recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada

III promover licitação para a contratação dos serviços de saúde deficientes É correto o que se afirma somente em:

a) I

b) II

c) II e III

d) I e III

Resposta

Volta no Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o

Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Alternativa: B.

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 27. A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas DIFERENTES ESFERAS DO GOVERNO, em cumprimento dos seguintes objetivos:

I - organização de um sistema de formação de recursos humanos em TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal;

II - Vetado

III - Vetado

IV - valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. Os serviços públicos que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.

Art. 28. Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidas em regime de TEMPO INTEGRAL!

§ 1° Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2° O disposto no parágrafo anterior aplica-se também aos servidores em regime de tempo integral, com exceção dos ocupantes de cargos ou função de chefia, direção ou assessoramento.

Art. 30. As especializações na forma de treinamento em serviço sob supervisão serão regulamentadas por Comissão Nacional, instituída de acordo com o art. 12 desta Lei, garantida a participação das entidades profissionais correspondentes.



Ano: 2019

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área. Essa participação da iniciativa privada no sistema de saúde deve ocorrer em caráter complementar e tem suas diretrizes definidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, sendo considerado um princípio organizativo do SUS (BRASIL, 1990).

Em relação à participação complementar do setor privado no âmbito do SUS, é correto afirmar que

a) as entidades privadas que tenham fins lucrativos têm preferência para participar do SUS.

b) a participação complementar dos serviços privados dispensa a formalização mediante contrato ou convênio.

c) os serviços privados, quando contratados, não seguem os princípios e diretrizes do SUS, pois são regidos por legislação própria.

d) os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial são estabelecidos pela entidade contratada.

e) é proibido aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados exercer cargo de chefia ou função de confiança no SUS.

Resposta

Essa mistura o bloco atual e o anterior. Vejamos:

a. Errada. A preferência é para às sem fins lucrativos

b. Errada. O contrato necessita ser por contrato ou convênio.

c. Errada. Devem seguir os princípios do SUS.

d. Errada. Art. Art. 26. (puro) Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela DIREÇÃO NACIONAL do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

e. Certa.

Alternativa: E.

Ano: 2017

Em relação à Política de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), Lei nº 8.080/1990, analise as afirmativas a seguir.

A Política de Recursos Humanos na área da saúde será formalizada e executada pelos governos estaduais e municipais.

O SUS não valoriza a dedicação exclusiva aos seus serviços.

Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do SUS. Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) II, apenas.

d) III, apenas.

Resposta

Correção na I e II

I - A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo,

II - Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidas em regime de tempo integral.

Alternativa: D

DO FINANCIAMENTO

Art. 31. O **orçamento da seguridade social** destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a receita estimada, os recursos necessários à realização de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 32. São considerados de outras fontes os recursos provenientes de:

[...]

II - Serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde;

III - ajuda, contribuições, doações e donativos;

IV - alienações patrimoniais e rendimentos de capital;

V - taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI - rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais.

§ 1° Ao Sistema Único de Saúde (SUS) caberá metade da receita de que trata o inciso I deste artigo, apurada mensalmente, a qual será destinada à recuperação de viciados.

Detalhe, o inciso I foi vetado, então não se preocupe com isso para a prova!

§ 2° As receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão creditadas diretamente em CONTAS ESPECIAIS, movimentadas pela sua direção, na esfera de poder onde forem arrecadadas.

§ 3º As ações de saneamento que venham a ser executadas SUPLETIVAMENTE pelo Sistema Único de Saúde (SUS), serão financiadas por recursos tarifários específicos e outros da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e, em particular, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Ações de saneamento não é na forma COMPLEMENTAR, mas sim na forma SUPLEMENTAR e o financiamento é por todos os entes.

§ 4º Vetado

§ 5º As atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde serão cofinanciadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelas universidades e pelo orçamento fiscal, além de recursos de instituições de fomento e financiamento ou de origem externa e receita própria das instituições executoras.

§ 6º Vetado



Ano: 2013

Na esfera federal, os recursos financeiros originários do orçamento da Seguridade Social, de outros orçamentos da União, além de outras fontes, serão administrados pelo Ministério da Saúde através do(a):

a) Departamento de Ações de Saúde.

b) Secretaria de Finanças Estratégicas.

c) Fundação Nacional de Saúde.

d) Conselho Integrado de Gestão.

e) Fundo Nacional de Saúde.

Resposta

Art. 33: [na veia] § 1° Na esfera federal, os recursos financeiros, originários do Orçamento da Seguridade Social, de outros orçamentos da união, além de outras fontes, serão administradas pelo Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde.

Alternativa: E.

Ano: 2019

Julgue a assertiva abaixo:

As ações de saneamento que venham a ser executadas de forma complementar pelo Sistema Único de Saúde (SUS), serão financiadas por recursos tarifários dos Estados e Municípios.

Resposta

Bem errada, hein! Primeiro, porque é SUPLEMENTAR, segundo, porque utiliza recursos tarifários específicos e outros da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e, em particular, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Alternativa: Errada.

DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 33. Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde.

§ 1º Na esfera federal, os recursos financeiros, originários do Orçamento da Seguridade Social, de outros Orçamentos da União, além de outras fontes, serão administrados pelo Ministério da Saúde, através do **Fundo Nacional de Saúde.**

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º O Ministério da Saúde acompanhará, através de seu sistema de **AUDITORIA,** a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados a Estados e Municípios. Constatada a malversação, desvio ou não aplicação dos recursos, caberá ao Ministério da Saúde aplicar as medidas previstas em lei.

Art. 34. As autoridades responsáveis pela distribuição da receita efetivamente arrecadada transferirão automaticamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), observado o critério do parágrafo único deste artigo,

os recursos financeiros correspondentes às dotações consignadas no Orçamento da Seguridade Social, a projetos e atividades a serem executados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. Na distribuição dos recursos financeiros da Seguridade Social será observada a mesma proporção da despesa prevista de cada área, no Orçamento da Seguridade Social.

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

I - perfil demográfico da região;

II - perfil epidemiológico da população a ser coberta;

III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;

IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;

V - níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;

VI - previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;

VII - ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

§ 1º Revogado

§ 2º Nos casos de Estados e Municípios sujeitos a notório processo de migração, os critérios demográficos mencionados nesta lei serão ponderados por outros indicadores de crescimento populacional, em especial o número de eleitores registrados.

§ 3º (Vetado).

§ 4º (Vetado).

§ 5º (Vetado).

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não prejudica a atuação dos órgãos de controle interno e externo e nem a aplicação de penalidades previstas em lei, em caso de irregularidades verificadas na gestão dos recursos transferidos.



Ano: 2019

Julgue o item abaixo:

Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em esfera nacional, e movimentados sob fiscalização dos respectivos dos usuários, em Assembleias de Saúde.

Resposta

Misericórdia! Está bem distorcido. São depositados em contas de cada ente e movimentados sob a fiscalização dos Conselhos de Saúde.

Alternativa: Errada.

Ano: 2019

De acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.080/90, para o estabelecimento dos valores a serem transferidos a Estados, Municípios e Distrito Federal, será utilizado, entre outros, o seguinte critério:

a) composição do Conselho de Saúde

b) estabelecimento de Plano de Saúde

c) desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior

d) contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento

Resposta

Necessário reler o Art. 35 para notar que o desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior é um dos critérios.

Alternativa: C.

DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 36. O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será ascendente, do **NÍVEL LOCAL AO FEDERAL**, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

§ 1º Os **planos de saúde** serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.

§ 2º É vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde.

Art. 37. O Conselho Nacional de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.

Art. 38. Não será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa.



Ano: 2015

A respeito do sistema de planejamento do SUS, analise as afirmativas a seguir:

I . O planejamento deve ser ascendente e integrado, do nível local até o federal, orientado por problemas e necessidades de saúde para a construção das diretrizes, objetivos e metas.

II . São instrumentos para o planejamento no âmbito do SUS o Plano de Saúde, as respectivas Programações Anuais e o Relatório de Gestão.

III . O Relatório de Gestão operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas do Plano de Saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

Está correto somente o que se afirma em:

a) I;

b) II;

c) III;

d) I e II;

e) II e III.

Resposta

III – Quem operacionaliza as intenções são as Programações Anuais!

Atenção:

Plano de saúde /BASE para execução, acompanhamento e avaliação da gestão / 4 anos;

Programações anuais / OPERACIONALIZA as intenções expressas no plano de saúde / coincidirá com o calendário;

Relatório de gestão / apresentar RESULTADOS alcançados, orientar eventuais REDIRECIONAMENTOS / até 30 de março do ano seguinte.

Alternativa: D.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. (Vetado).

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º (Vetado).

§ 5º A cessão de uso dos imóveis de propriedade do Inamps para órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) será feita de modo a preservá-los como patrimônio da Seguridade Social.

§ 6º Os imóveis de que trata o parágrafo anterior serão inventariados com todos os seus acessórios, equipamentos e outros bens móveis e ficarão disponíveis para utilização pelo órgão de direção municipal do Sistema Único de Saúde - SUS ou, eventualmente, pelo estadual, em cuja circunscrição administrativa se encontrem, mediante simples termo de recebimento.

§ 7º (Vetado).

§ 8º O acesso aos serviços de informática e bases de dados, mantidos pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, será assegurado às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde ou órgãos congêneres, como suporte ao processo de gestão, de forma a permitir a gerencia informatizada das contas e a disseminação de estatísticas sanitárias e epidemiológicas médico-hospitalares.

Art. 40. (Vetado)

Art. 41. As ações desenvolvidas pela Fundação das Pioneiras Sociais e pelo Instituto Nacional do Câncer, supervisionadas pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), permanecerão como referencial de prestação de serviços, formação de recursos humanos e para transferência de tecnologia.

Art. 42. (Vetado).

Art. 43. A gratuidade das ações e serviços de saúde fica preservada nos serviços públicos contratados, ressalvando-se as cláusulas dos contratos ou convênios estabelecidos com as entidades privadas.

Art. 44. (Vetado).

Art. 45. Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados.

§ 1º Os serviços de saúde de sistemas estaduais e municipais de previdência social deverão integrar-se à direção correspondente do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme seu âmbito de atuação, bem como quaisquer outros órgãos e serviços de saúde.

§ 2º Em tempo de paz e havendo interesse recíproco, os serviços de saúde das Forças Armadas poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme se dispuser em convênio que, para esse fim, for firmado.

Art. 46. o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecerá mecanismos de incentivos à participação do setor privado no investimento em ciência e tecnologia e estimulará a transferência de tecnologia das universidades e institutos de pesquisa aos serviços de saúde nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e às empresas nacionais.

Art. 47. O Ministério da Saúde, em articulação com os níveis estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), organizará, no prazo de dois anos, um sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços.

Art. 48. (Vetado).

Art. 49. (Vetado).

Art. 50. Os convênios entre a União, os Estados e os Municípios, celebrados para implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde, ficarão rescindidos à proporção que seu objeto for sendo absorvido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 51. (Vetado).

Art. 52. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas (Código Penal, art. 315) a utilização de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 53. (Vetado).

Art. 53-A. Na qualidade de ações e serviços de saúde, as atividades de apoio à assistência à saúde são aquelas desenvolvidas pelos laboratórios de genética humana, produção e fornecimento de medicamentos e produtos para saúde, laboratórios de análises clínicas, anatomia patológica e de diagnóstico por imagem e são livres à participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros.



Ano: 2008

Em conformidade com o Sistema Único de Saúde – SUS –, assinalar a alternativa INCORRETA:

a) O Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecerá mecanismos de incentivos à participação do setor privado no investimento em ciência e tecnologia e estimulará a transferência de tecnologia das universidades e institutos de pesquisa aos serviços de saúde nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e às empresas nacionais.

b) Os serviços de saúde de sistemas estaduais e municipais de previdência social não poderão integrar-se à direção correspondente do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme seu âmbito de atuação, bem como quaisquer outros órgãos e serviços de saúde.

c) Em tempo de paz e havendo interesse recíproco, os serviços de saúde das Forças Armadas poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme se dispuser em convênio que, para esse fim, for firmado.

d) Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados.

Resposta

Faz um tempão que caiu essa questão, mas, para não passar batido, basta reler o Art. 45º, pois também é literal, porém, com baixíssima incidência de cobrança. Tire o “não” da alternativa B para ficar um resumão sobre esta parte final da Lei.

Alternativa: B.

> Art. 54. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
>
> Art. 55. São revogadas a Lei nº. 2.312, de 3 de setembro de 1954, a Lei nº. 6.229, de 17 de julho de 1975, e demais disposições em contrário.

RESUMO DA CORUJA

A Lei 8080/90 se aplica a **TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**, onde o Estado assume o **DEVER** da oferta da saúde através de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças e agravos, sem excluir o dever das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

A saúde será tratada no seu **amplo espectro**, incluindo os diversos fatores determinantes e condicionantes. Para tal, será ofertado um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.

O SUS **ABRANGE** ações de vigilância sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador e assistência terapêutica integral, bem como atuação em ações de saneamento básico, ordenação de RH, vigilância nutricional, meio ambiente, política de medicamentos, equipamentos, fiscalização de serviços e produtos de interesse à saúde, inspeção de alimentos, água, bebidas, psicoativos, tóxicos, radioativos, política de sangue e derivados e desenvolvimento científico e tecnológico.

As definições são importantes para esta legislação. Associe **Vigilância Sanitária** como um conjunto de ações que eliminam, reduzem ou previnem riscos à saúde e envolvem ações frente a problemas sanitários do meio ambiente, prestação de serviços e circulação de bens. Já **Vigilância Epidemiológica** foca em ações que interfiram nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva.

Ao tratar da **Saúde do Trabalhador**, entenda que será a aplicação dos conceitos de vigilância epidemiológica e sanitária, aplicado aos trabalhadores.

O SUS apresenta os seguintes **PRINCÍPIOS** universalidade, integralidade, preservação da autonomia, igualdade, direito à informação e divulgação destas, utilização da epidemiologia, participação da comunidade, descentralização, com direção única em cada esfera, integração de saúde com meio ambiente e saneamento básico, conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos de cada ente, resolução máxima em cada nível de atenção, prevenção de duplicidades e atendimento especializado a mulheres vítima de violências

> Não esqueça da divisão (super recorrente em prova) que separa os **princípios doutrinários** (universalização, equidade e integralidade) dos **organizativos** (regionalização e hierarquização, descentralização e comando único e participação popular).

O Comando do SUS é representado pelo Ministério da Saúde (Federal), Secretarias Estaduais (Estadual) e Secretarias Municipais (Municipal). No ente municipal, estes podem constituir consórcios e organizar-se

em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

Você precisa guardar 3 tipos de comissões:

COMISSÕES INTERSETORIAIS que articulam políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução **envolva áreas NÃO compreendidas** no âmbito do SUS como alimentação e nutrição, saneamento, meio ambiente, vigilância sanitária e farmacoepidemiologia, recursos humanos, ciência e tecnologia e saúde do trabalhador.

COMISSÕES PERMANENTES se relaciona a formação e educação continuada e a pesquisa.

COMISSÕES INTERGESTORES são foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Tais comissões discutem aspectos operacionais, financeiros, administrativos, relativo à **organização das redes de ações e serviços de saúde** e diretrizes sobre as **regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contra referência** e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados.

Com relação às **competências** de cada ente, cabe mencionar que a cada alternativa na prova, é necessário perceber qual o grau de gestão ou operacionalização. A União, majoritariamente, coordena, fórmula, normatiza. O Estado coordena junto com, apoia Município, participa do controle. Já o município atua mais no campo operacional e na colaboração da fiscalização, basicamente.

DO SUBSISTEMA DE ATENÇÃO INDÍGENA: grave que a população indígena tem os mesmos direitos que a população não indígena, com as devidas adaptações dos serviços em respeito a identidade cultural específica. O SUS, nos demais níveis de atenção, permanece de retaguarda, o financiamento é reservado à União com possibilidade de cooperação dos Estados Municípios e outras instituições. Além disso, assim como em outros grupos, o sistema é descentralizado, hierarquizado, regionalizado e é permitida a participação nos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso.

DO SUBSISTEMA DE ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DOMICILIAR: o tema é inicializado aqui, mas tem regulamento próprio, para aula específica. Importa lembrar que inclui, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio. Além disso, abrange a saúde de forma integral e o ingresso se dá mediante indicação médica e expressa concordância do paciente e de sua família.

DO SUBSISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DURANTE O TRABALHO DE PRÉ PARTO, PARTO E PÓS PARTO IMEDIATO: a parturiente tem direito a 01 acompanhante de sua escolha, nos momentos de pré parto, parto e pós parto e a divulgação desta informação deve permanecer em local visível nas unidades de saúde.

DA ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E DA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE: inclui a dispensação de medicamentos e produtos de interesse à saúde, bem como oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar.

Neste contexto estão os protocolos clínicos que devem englobar diferentes fazes evolutivas de doenças ou agravos, sendo que qualquer incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico

ou de diretriz terapêutica, são atribuições do **MINISTÉRIO DA SAUDE,** assessorado pela **Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS,** cuja composição inclui 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pelo Conselho Federal de Medicina.

Lembre-se de que está vedado o **ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado ou sem registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.**

DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, desde que seja sob as normas do direito público, de forma complementar, sob contrato ou convênio. A participação de verba estrangeira na saúde só é permitida na forma de doações de organismos vinculados à ONU, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos, ou ainda, pessoas jurídicas destinadas a instalar, operacionalizar ou explorar hospital geral, inclusive filantrópico, hospital especializado, policlínica, clínica geral e clínica especializada e realização ações e pesquisas de planejamento familiar, mantenimento de serviços de saúde sem finalidade lucrativa.

DOS RECURSOS HUMANOS: cita que a política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelos diferentes entes incluindo todos os níveis de estudo.

Se atente que há valorização dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde e é permitido a acumulação legal de cargos, exceto para cargos e funções de chefia, direção e assessoramento que demandam **TEMPO INTEGRAL**!

DA GESTÃO FINANCEIRA: os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, utilizando-se do **Fundo Nacional de Saúde, sendo que, para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:** perfil demográfico e epidemiológico da população, características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área, desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior, níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais, previsão do plano quinquenal de investimentos da rede e ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO: se dará de forma ascendente, do nível local ao federal, vedado a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde.

LISTA DE QUESTÕES

Primeiro uma lista de questões sem comentários para que você realmente treine. Logo após, as mesmas questões comentadas para você conferir.

1. Ano: 2019 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Valinhos - SP

O texto constitucional de 1988 enuncia como uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde a "participação da comunidade", garantida mediante a

a) manifestação da população em eventos sobre saúde realizados em logradouros públicos.

b) nomeação de líderes comunitários como assessores nos gabinetes dos secretários de saúde.

c) eleição de representantes de trabalhadores de saúde como delegados nas conferências municipais, estaduais e nacional de saúde.

d) integração de representantes dos usuários dos serviços de saúde em órgãos colegiados decisórios.

e) participação de representantes de sindicatos de trabalhadores de empresas produtoras de artefatos para o cuidado em saúde na formulação dos planos nacionais de saúde.

2. Ano: 2019 Banca: IBFC Órgão: SESACRE

De acordo com a Lei 8080/1990 estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) suas execuções específicas. Sobre isto, assinale a alternativa incorreta.

a) regular benefícios sociais

b) vigilância epidemiológica

c) saúde do trabalhador

d) saneamento básico

3. Ano: 2019 Banca: IBFC Órgão: SESACRE

Dentre as ações de educação em saúde voltadas para a promoção da saúde, o Gerente de Enfermagem poderá planejar atividades divididas em eixos de ações específicas. Sobre as ações específicas de promoção da saúde no âmbito do SUS, assinale a alternativa incorreta.

a) Ações em prol da cobertura vacinal

b) Redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas

c) Redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito

d) Prevenção da violência e estímulo à cultura de paz

4. Ano: 2019 Banca: Crescer Consultorias Órgão: Prefeitura de Paulistana - SP

As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto na Lei 8080/90.

Sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, é correto afirmar que:

a) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, centralizado, hierarquizado e regionalizado.

b) Caberá à União, aos Estados e Municípios financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

c) Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento

básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

d) As populações indígenas não terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

5. Ano: 2019 Banca: Crescer Consultorias Órgão: Prefeitura de Paulistana - SP

Conforme as disposições estabelecidas pela Lei 8080/90, no âmbito administrativo do Sistema Único de Saúde (SUS), caracteriza uma atribuição comum a União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

a) Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.

b) Elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde.

c) o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.

d) Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

6. Ano: 2019 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Itapevi - SP

Saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas, e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.

(Ministério da Saúde. http://portalms.saude.gov.br/ sistema-único-de-saude/ principios-do-sus)

O texto se refere ao princípio dos Sistema Único de Saúde (SUS) denominado

a) regionalização.

b) universalidade.

c) centralização.

d) integralidade.

e) equidade.

7. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Prefeitura de Barreiras - BA

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Além disso, contempla outros aspectos pertinentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) no que tange à sua organização e ao funcionamento dos serviços de saúde no país (BRASIL, 1990).

Em relação às atribuições do SUS descritas na Lei nº 8.080/1990, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) O SUS participa da formulação da política de saneamento básico, embora não execute tais ações na prática.

( ) A fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano fazem parte do campo de atuação do SUS.

( ) A identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde são atribuições pertinentes ao SUS.

( ) O SUS executa ações de vigilância epidemiológica, voltadas para o controle da prestação de serviços que se relacionam com a saúde.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

a) V F F V

b) V V F F

c) F V F V

d) F V V F

e) F F V V

8. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Prefeitura de Barreiras - BA

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área. Essa participação da iniciativa privada no sistema de saúde deve ocorrer em caráter complementar e tem suas diretrizes definidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, sendo considerado um princípio organizativo do SUS (BRASIL, 1990).

Em relação à participação complementar do setor privado no âmbito do SUS, é correto afirmar que

a) as entidades privadas que tenham fins lucrativos têm preferência para participar do SUS.

b) a participação complementar dos serviços privados dispensa a formalização mediante contrato ou convênio.

c) os serviços privados, quando contratados, não seguem os princípios e diretrizes do SUS, pois são regidos por legislação própria.

d) os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial são estabelecidos pela entidade contratada.

e) é proibido aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados exercer cargo de chefia ou função de confiança no SUS.

9. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Prefeitura de Barreiras - BA

A Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 é também conhecida como “Constituição Cidadã”. Em seu conteúdo, foram contemplados os aspectos pertinentes ao setor saúde, apontando as características que deveriam nortear a construção do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1988).

Em relação aos aspectos do sistema de saúde contemplados na CF, é correto afirmar que

a) a participação da comunidade, enquanto uma diretriz do Sistema Único de Saúde, foi excluída do texto constitucional.

b) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, podendo esta participar do Sistema Único de Saúde em caráter complementar

c) os serviços assistenciais devem ser priorizados, sem prejuízo das atividades preventivas, de forma a garantir a integralidade do cuidado.

d) é permitido destinar recursos públicos para auxiliar instituições privadas com fins lucrativos por meio de convênios com o Sistema Único de Saúde.

e) o Sistema Único de Saúde deve ser financiado, exclusivamente, com recursos descentralizados do orçamento federal para os Estados e Municípios.

10. Ano: 2019 Banca: FUNCERN Órgão: Prefeitura de Apodi - RN

A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, está (ão):

a) preservação da autonomia do Estado na defesa de sua integridade física e moral.

b) controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde.

c) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

d) formulação e a execução da política de sangue e seus derivados.

11. Ano: 2019 Banca: MS CONCURSOS Órgão: Prefeitura de Sonora - MS

Segundo a Lei Orgânica da Saúde, são objetivos do Sistema Único de Saúde – SUS:

I- a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II- a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância quanto ao dever do Estado de garantir a saúde que, consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

III- a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas;

Analisando os objetivos, sabe-se ainda que existem execuções de ações que estão incluídas no campo de atuação do SUS.

Sendo assim, qual alternativa não corresponde a essas ações?

a) Vigilância sanitária.

b) Vigilância epidemiológica.

c) Saúde do trabalhador.

d) Saúde bucal.

12. Ano: 2019 Banca: IESES Órgão: Prefeitura de São José - SC

De acordo com a Lei Federal n° 8080 de 19/09/90 a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros:

I. Alimentação.

II. Moradia.

III. Saneamento básico.

IV. Educação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

13. Ano: 2019 Banca: IESES Órgão: Prefeitura de São José - SC

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes EXCETO:

a) Exclusão da participação da comunidade para garantia da qualidade dos serviços prestados.

b) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

c) Participação da comunidade.

d) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

14. Ano: 2019 Banca: FUNDATEC Órgão: Prefeitura de Gramado - RS

As ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde, garantidos no capítulo II, da Lei nº 8.080/1990, se refere à qual princípio?

a) Universalidade.

b) Igualdade.

c) Participação da comunidade.

d) Direito a informação.

e) Integralidade.

15. Ano: 2014 Banca: COPEVE – UFAL Órgão: Prefeitura de Feira Grande – AL

A questão refere-se ao texto abaixo.

"Art. 2 – A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1 – O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2 – O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade."

O artigo citado, e seus respectivos parágrafos, faz parte do texto da Lei / Norma / Lei Complementar:

a) LC n.º 141/12.

b) Lei n.º 8080/90.

c) Lei n.º 8142/90.

d) NOAS 01/2001.

e) NOAS 2006.

16. Ano: 2016 Banca: CONSULPLAN Órgão: Prefeitura de Venda Nova do Imigrante - ES

A Lei nº 8080 de 1990 aborda os objetivos e as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), que compreendem:

I. A identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

II. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

III. A formulação de política de saúde. Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

17. Ano: 2018 Banca: AOCP Órgão: Prefeitura de Juiz de Fora - MG

Conforme a Lei n° 8080/90, que diz respeito à regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

a) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o poder privado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

b) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

c) O dever do Estado exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

d) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições privadas e da Administração direta e indireta, constitui o Sistema Único de Saúde.

e) A iniciativa pública poderá participar do Sistema Único de Saúde, em caráter complementar.

18. Ano: 2018 Banca: FCC Órgão: Câmara Legislativa do Distrito Federal

No âmbito do Sistema Único de Saúde, o princípio/diretriz da integralidade de assistência é definido em lei como

a) conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

b) atendimento dos usuários por meio de linhas de cuidado específicas e articuladas intersetorialmente com outros serviços indiretamente implicados na promoção da saúde.

c) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

d) conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

e) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

19. Ano: 2018 Banca: CS-UFG Órgão: Câmara de Goiânia - GO

Conforme a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS):

a) elaborar normas para regular as relações entre o SUS e os serviços privados contratados de assistência à saúde.

b) participar na formulação e na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente e às relativas às condições e aos ambientes de trabalho.

c) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde.

d) executar serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação, nutrição, saneamento básico e de saúde do trabalhador.

20. Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: COMPESA

Com base nas disposições da Lei 8.080/90 acerca da Saúde do Trabalhador, analise as afirmativas a seguir.

I. A assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho faz parte da Saúde do Trabalhador.

II. A avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde, não está diretamente incluída na Saúde do Trabalhador, embora possa, eventualmente, fazer parte dela.

III. A Saúde do Trabalhador abrange a revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

21. Ano: 2018 Banca: FUNRIO Órgão: AL-RR

No que se refere à organização, direção e gestão do Sistema Único de Saúde, a Lei Nº 8.080/90 dispõe o seguinte:

a) a Direção do Sistema Único de Saúde – SUS – é múltipla, regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.

b) o Sistema Único de Saúde SUS, no nível federal, poderá organizar-se em distritos com fins de cobertura de específicas ações de saúde.

c) as Comissões Intersetoriais, no âmbito municipal, são subordinadas a entidades da sociedade civil, para articulação de programas de saúde.

d) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver, em conjunto, as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

22. Ano: 2018 Banca: UFPR Órgão: UFPR

Conforme a Lei nº 8.080/90, a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologias em saúde descritas na referida lei, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

( ) A assistência terapêutica integral consiste na dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, tais como órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos, e na oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.

( ) A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

( ) A assistência terapêutica integral deve ser garantida pelos municípios, que deverão realizar o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto ou procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), diretamente aos pacientes.

( ) Para a incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, serão consideradas as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou autorização de uso.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) V – V – F – V.

b) V – F – V – V.

c) F – F – V – V.

d) V – V – F – F.

e) F – V – V – F.

23. Ano: 2018 Banca: FUMARC Órgão: COPASA

Instrução: A Lei 8.080, de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes.

A questão se refere às definições desta lei.

São competências definidas pela lei à direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) entre outras, EXCETO:

a) Participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador.

b) Participar na formulação e na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente.

c) Promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde.

d) Realizar ações e serviços de saúde, diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis de complexidade crescente.

24. Ano: 2018 Banca: Prefeitura de Fortaleza - CE Órgão: Prefeitura de Fortaleza - CE

Analise as afirmações que seguem, assinalando V para Verdadeiro e F para Falso, e, em seguida, marque a opção com a sequência correta de cima para baixo. Conforme a Lei Orgânica da Saúde nº 8080/1990, é de competência da direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS):

( ) participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com sua direção estadual.

( ) participar da execução, do controle e da avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.

( ) formar consórcios administrativos intermunicipais.

a) V, F, V.

b) V, V, V.

c) V, F, F.

d) F, V, F.

25. Ano: 2018 Banca: Prefeitura de Fortaleza - CE Órgão: Prefeitura de Fortaleza - CE

O Princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), que respalda e garante o acesso de todo e qualquer indivíduo aos serviços públicos de saúde, é:

a) universalidade.

b) participação da comunidade.

c) regionalização.

d) equidade.

26. Ano: 2014 Banca: CEPERJ Órgão: VIVA COMUNIDADE-VIVA RIO

A responsabilidade do Poder Público, em relação à saúde, mencionada na Lei 8.080/90:

a) é exclusiva das três esferas

b) é privativa do Estado

c) concorre com a iniciativa privada

d) não exclui o papel da família

e) não inclui o papel da sociedade

27. Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: INSS

Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsecutivo.

Os princípios que orientam as ações e os serviços públicos de saúde e serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS incluem a universalidade de acesso, a integralidade de assistência e a descentralização político-administrativa.

28. Ano: 2016 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta.

a) As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

b) Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

c) Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

d) A execução de ações de saúde do trabalhador, especialmente no que se refere à assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho, por tratar-se de matéria de competência da seguridade social, não está no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

e) Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam, de modo que não se aplica aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única.

29. Ano: 2016 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Sobre a política de recursos humanos na área de saúde, de acordo com a lei 8080/90, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal, é um dos objetivos da política de recursos humanos na área de saúde.

II. Valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde-SUS é um dos objetivos da política de recursos humanos na área de saúde.

III. Os serviços públicos que integram o Sistema Único de Saúde-SUS constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.

IV. Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos não poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde-SUS.

a) I, II, III e IV são corretos

b) Apenas I e II são corretos

c) Apenas I, II e III são corretos

d) Apenas II e IV são corretos

e) Apenas III e IV são corretos

30. Ano: 2016 Banca: FUNCAB Órgão: EMSERH

De acordo com as diretrizes do SUS previstas na Constituição Federal, o atendimento integral deve priorizar as atividades:

a) preventivas.

b) assistenciais.

c) curativas.

d) complementares.

e) especializadas.

LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS

1. Ano: 2019 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Valinhos - SP

O texto constitucional de 1988 enuncia como uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde a "participação da comunidade", garantida mediante a

a) manifestação da população em eventos sobre saúde realizados em logradouros públicos.

b) nomeação de líderes comunitários como assessores nos gabinetes dos secretários de saúde.

c) eleição de representantes de trabalhadores de saúde como delegados nas conferências municipais, estaduais e nacional de saúde.

d) integração de representantes dos usuários dos serviços de saúde em órgãos colegiados decisórios.

e) participação de representantes de sindicatos de trabalhadores de empresas produtoras de artefatos para o cuidado em saúde na formulação dos planos nacionais de saúde.

Resposta

O Art. 7ª menciona a participação da comunidade. Veremos em aula específica, mas vamos introduzindo que esse modo de participar se dá mediante órgãos colegiados decisórios, ou seja, são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupos, representados, por exemplo, pelos Conselhos de Saúde.

Alternativa: D.

2. Ano: 2019 Banca: IBFC Órgão: SESACRE

De acordo com a Lei 8080/1990 estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) suas execuções específicas. Sobre isto, assinale a alternativa incorreta.

a) regular benefícios sociais

b) vigilância epidemiológica

c) saúde do trabalhador

d) saneamento básico

Resposta

Dentre outros itens, consta no Art. 6º: Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): I - a execução de ações: a) de vigilância sanitária, b) de vigilância epidemiológica, c) de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. No entanto, não há a inclusão de regular benefícios sociais.

Alternativa: A

3. Ano: 2019 Banca: IBFC Órgão: SESACRE

Dentre as ações de educação em saúde voltadas para a promoção da saúde, o Gerente de Enfermagem poderá planejar atividades divididas em eixos de ações específicas. Sobre as ações específicas de promoção da saúde no âmbito do SUS, assinale a alternativa incorreta.

a) Ações em prol da cobertura vacinal

b) Redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas

c) Redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito

d) Prevenção da violência e estímulo à cultura de paz

Resposta

Aqui, mais um complemento, para não ficarmos só no “repeteco”. Prevenção de agravos é quando se faz uma ação específica para prevenir uma patologia ou agravo, em si. Logo, o único nas alternativas relativo à prevenção de agravos é a vacinação.

As ações específicas de promoção da saúde no âmbito do SUS são:

1-Divulgação e implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde;

2- Alimentação saudável;

3- Prática corporal/atividade física;

4- Prevenção e controle do tabagismo;

5- Redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas;

6- Redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito;

7- Prevenção da violência e estímulo à cultura de paz;

8- Promoção do desenvolvimento sustentável.

Alternativa: A

4. Ano: 2019 Banca: Crescer Consultorias Órgão: Prefeitura de Paulistana - SP

As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto na Lei 8080/90.

Sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, é correto afirmar que:

a) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, centralizado, hierarquizado e regionalizado.

b) Caberá à União, aos Estados e Municípios financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

c) Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

d) As populações indígenas não terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

Resposta

a) Errada. Podemos corrigir para “descentralizado”

b) Errada. Art. 19-C. Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

c) Certa.

d) Errada. Art. 19-H. As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso

Alternativa: C.

5. Ano: 2019 Banca: Crescer Consultorias Órgão: Prefeitura de Paulistana - SP

Conforme as disposições estabelecidas pela Lei 8080/90, no âmbito administrativo do Sistema Único de Saúde (SUS), caracteriza uma atribuição comum a União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

a) Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.

b) Elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde.

c) o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.

d) Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

Resposta

a) Certa.

b) Errada. Direção Nacional

c) Errada. Direção Nacional

d) Errada. Direção Nacional

e) Errada. Direção Municipal

Alternativa: A.

6. Ano: 2019 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Itapevi - SP

Saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas, e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.

(Ministério da Saúde. http://portalms.saude.gov.br/ sistema-único-de-saude/ principios-do-sus)

O texto se refere ao princípio dos Sistema Único de Saúde (SUS) denominado

a) regionalização.

b) universalidade.

c) centralização.

d) integralidade.

e) equidade.

Resposta

Acesso a todos, sem qualquer tipo de preconceito: UNIVERSALIDADE.

Alternativa: B.

7. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Prefeitura de Barreiras - BA

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Além disso, contempla outros aspectos pertinentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) no que tange à sua organização e ao funcionamento dos serviços de saúde no país (BRASIL, 1990).

Em relação às atribuições do SUS descritas na Lei nº 8.080/1990, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) O SUS participa da formulação da política de saneamento básico, embora não execute tais ações na prática.

( ) A fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano fazem parte do campo de atuação do SUS.

( ) A identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde são atribuições pertinentes ao SUS.

( ) O SUS executa ações de vigilância epidemiológica, voltadas para o controle da prestação de serviços que se relacionam com a saúde.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

a) V F F V

b) V V F F

c) F V F V

d) F V V F

e) F F V V

Resposta

I - Errado. § 3º As ações de saneamento que venham a ser executadas supletivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), serão financiadas por recursos tarifários específicos e outros da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e, em particular, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

II - Certo.

II - Certo.

IV - Errado. A prestação de serviço está no âmbito da vigilância sanitária e não epidemiológica.

Alternativa: D

8. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Prefeitura de Barreiras - BA

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área. Essa participação da iniciativa privada no sistema de saúde deve ocorrer em caráter complementar e tem suas diretrizes definidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, sendo considerado um princípio organizativo do SUS (BRASIL, 1990).

Em relação à participação complementar do setor privado no âmbito do SUS, é correto afirmar que

a) as entidades privadas que tenham fins lucrativos têm preferência para participar do SUS.

b) a participação complementar dos serviços privados dispensa a formalização mediante contrato ou convênio.

c) os serviços privados, quando contratados, não seguem os princípios e diretrizes do SUS, pois são regidos por legislação própria.

d) os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial são estabelecidos pela entidade contratada.

e) é proibido aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados exercer cargo de chefia ou função de confiança no SUS.

Resposta

a) Errada. A preferência era para os sem fins lucrativos.

b) Errada. A participação privada se dá mediante contrato ou convênio.

c) Errada. Não seguem os princípios próprios, mas os do SUS.

d) Errada. Art. 26. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

e) Certa.

Alternativa: E.

9. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Prefeitura de Barreiras - BA

A Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 é também conhecida como “Constituição Cidadã”. Em seu conteúdo, foram contemplados os aspectos pertinentes ao setor saúde, apontando as características que deveriam nortear a construção do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1988).

Em relação aos aspectos do sistema de saúde contemplados na CF, é correto afirmar que

a) a participação da comunidade, enquanto uma diretriz do Sistema Único de Saúde, foi excluída do texto constitucional.

b) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, podendo esta participar do Sistema Único de Saúde em caráter complementar

c) os serviços assistenciais devem ser priorizados, sem prejuízo das atividades preventivas, de forma a garantir a integralidade do cuidado.

d) é permitido destinar recursos públicos para auxiliar instituições privadas com fins lucrativos por meio de convênios com o Sistema Único de Saúde.

e) o Sistema Único de Saúde deve ser financiado, exclusivamente, com recursos descentralizados do orçamento federal para os Estados e Municípios.

Resposta

a) Errada. Excluída, não! Pelo contrário, foi regulamentada.

b) Certa.

c) Errada. A prioridade é da prevenção sobre a assistência, mas sem prejuízo desta.

d) Errada. É vedado e não permitido.

e) Errada. Os três entes participam do financiamento.

Alternativa: B

10. Ano: 2019 Banca: FUNCERN Órgão: Prefeitura de Apodi - RN

A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, está (ão):

a) preservação da autonomia do Estado na defesa de sua integridade física e moral.

b) controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde.

c) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

d) formulação e a execução da política de sangue e seus derivados.

Resposta

Está no tão famoso Art. 7º : As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no *art. 198 da Constituição Federal*, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

Alternativa: C.

11. Ano: 2019 Banca: MS CONCURSOS Órgão: Prefeitura de Sonora - MS

Segundo a Lei Orgânica da Saúde, são objetivos do Sistema Único de Saúde – SUS:

I- a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II- a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância quanto ao dever do Estado de garantir a saúde que, consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

III- a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas;

Analisando os objetivos, sabe-se ainda que existem execuções de ações que estão incluídas no campo de atuação do SUS.

Sendo assim, qual alternativa não corresponde a essas ações?

a) Vigilância sanitária.

b) Vigilância epidemiológica.

c) Saúde do trabalhador.

d) Saúde bucal.

Resposta

Dentre as áreas de atuação do SUS, a saúde bucal não aparece expressa. Logo após os objetivos, dentre muito mais itens, o Art. 6º revela que estão INCLUÍDAS ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações de:

a) Vigilância Sanitária

b) Vigilância Epidemiológica

c) Saúde do Trabalhador

d) Assistência Terapêutica Integral (inclusive farmacêutica) (etc)

Alternativa: D.

12. Ano: 2019 Banca: IESES Órgão: Prefeitura de São José - SC

De acordo com a Lei Federal n° 8080 de 19/09/90 a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros:

I. Alimentação.

II. Moradia.

III. Saneamento básico.

IV. Educação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

Resposta

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio

ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Alternativa: D

13. Ano: 2019 Banca: IESES Órgão: Prefeitura de São José - SC

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes EXCETO:

a) Exclusão da participação da comunidade para garantia da qualidade dos serviços prestados.

b) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

c) Participação da comunidade.

d) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

Resposta

O único erro é a respeito da participação da comunidade que é regulamentada e não excluída, como dito.

Alternativa: A.

14. Ano: 2019 Banca: FUNDATEC Órgão: Prefeitura de Gramado - RS

As ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde, garantidos no capítulo II, da Lei nº 8.080/1990, se refere à qual princípio?

a) Universalidade.

b) Igualdade.

c) Participação da comunidade.

d) Direito a informação.

e) Integralidade.

Resposta

Veja que às ações e serviços abrangem os níveis de assistência preventivo e curativo, logo, trata-se da integralidade.

Alternativa: E.

15. Ano: 2014 Banca: COPEVE – UFAL Órgão: Prefeitura de Feira Grande – AL

A questão refere-se ao texto abaixo.

“Art. 2 – A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1 – O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2 – O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.”

O artigo citado, e seus respectivos parágrafos, faz parte do texto da Lei / Norma / Lei Complementar:

a) LC n.º 141/12.

b) Lei n.º 8080/90.

c) Lei n.º 8142/90.

d) NOAS 01/2001.

e) NOAS 2006.

Resposta

Exatamente o que diz na lei 8080/90 nas disposições gerais, veja;

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Decoreba, né ?

Alternativa: B

16. Ano: 2016 Banca: CONSULPLAN Órgão: Prefeitura de Venda Nova do Imigrante - ES

A Lei nº 8080 de 1990 aborda os objetivos e as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), que compreendem:

I. A identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

II. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

III. A formulação de política de saúde. Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

Resposta

Estes são os OBJETIVOS do SUS, veja no art: 5º da lei 8080.

CAPÍTULO I

Dos Objetivos e Atribuições

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Alternativa: A

17. Ano: 2018 Banca: AOCP Órgão: Prefeitura de Juiz de Fora - MG

Conforme a Lei n° 8080/90, que diz respeito à regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

a) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o poder privado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

b) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

c) O dever do Estado exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

d) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições privadas e da Administração direta e indireta, constitui o Sistema Único de Saúde.

e) A iniciativa pública poderá participar do Sistema Único de Saúde, em caráter complementar.

Resposta

a) Errada. Devendo o Estado...

b) Certa.

c) Errada. Não exclui...

d) Errada. Instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público ...

e) Errada. Iniciativa privada...

Alternativa: B.

18. Ano: 2018 Banca: FCC Órgão: Câmara Legislativa do Distrito Federal

No âmbito do Sistema Único de Saúde, o princípio/diretriz da integralidade de assistência é definido em lei como

a) conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

b) atendimento dos usuários por meio de linhas de cuidado específicas e articuladas intersetorialmente com outros serviços indiretamente implicados na promoção da saúde.

c) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

d) conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

e) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

Resposta

Dos princípios e diretrizes no art: 7º inciso 2º da lei 8080/90.

II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

Alternativa: A.

19. Ano: 2018 Banca: CS-UFG Órgão: Câmara de Goiânia - GO

Conforme a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS):

a) elaborar normas para regular as relações entre o SUS e os serviços privados contratados de assistência à saúde.

b) participar na formulação e na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente e às relativas às condições e aos ambientes de trabalho.

c) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde.

d) executar serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação, nutrição, saneamento básico e de saúde do trabalhador.

Resposta

Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:

IV - executar serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição;

d) de saneamento básico; e

e) de saúde do trabalhador;

Alternativa: D

20. Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: COMPESA

Com base nas disposições da Lei 8.080/90 acerca da Saúde do Trabalhador, analise as afirmativas a seguir.

I. A assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho faz parte da Saúde do Trabalhador.

II. A avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde, não está diretamente incluída na Saúde do Trabalhador, embora possa, eventualmente, fazer parte dela.

III. A Saúde do Trabalhador abrange a revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Resposta

Conforme a Lei 8080 - Art 6º

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde; ERRADA ! A avaliação ESTÁ INCLUSA.

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

Alternativa: E

21. Ano: 2018 Banca: FUNRIO Órgão: AL-RR

No que se refere à organização, direção e gestão do Sistema Único de Saúde, a Lei Nº 8.080/90 dispõe o seguinte:

a) a Direção do Sistema Único de Saúde – SUS – é múltipla, regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.

b) o Sistema Único de Saúde SUS, no nível federal, poderá organizar-se em distritos com fins de cobertura de específicas ações de saúde.

c) as Comissões Intersetoriais, no âmbito municipal, são subordinadas a entidades da sociedade civil, para articulação de programas de saúde.

d) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver, em conjunto, as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

Resposta

a) Errada... crescente...

b) Errada... nível municipal ...

c) Errada... no âmbito nacional ....

d) Certa

Alternativa: D

22. Ano: 2018 Banca: UFPR Órgão: UFPR

Conforme a Lei nº 8.080/90, a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologias em saúde descritas na referida lei, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

( ) A assistência terapêutica integral consiste na dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, tais como órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos, e na oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.

( ) A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

( ) A assistência terapêutica integral deve ser garantida pelos municípios, que deverão realizar o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto ou procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), diretamente aos pacientes.

( ) Para a incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, serão consideradas as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou autorização de uso.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) ( ) V – V – F – V.

b) ( ) V – F – V – V.

c) ( ) F – F – V – V.

d) ( ) V – V – F – F.

e) ( ) F – V – V – F.

Resposta

A correção é na terceira.

No campo de ação do SUS é garantida a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

Alternativa: A

23. Ano: 2018 Banca: FUMARC Órgão: COPASA

Instrução: A Lei 8.080, de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes.

A questão se refere às definições desta lei.

São competências definidas pela lei à direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) entre outras, EXCETO:

a) Participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador.

b) Participar na formulação e na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente.

c) Promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde.

d) Realizar ações e serviços de saúde, diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis de complexidade crescente.

Resposta

Da Organização, da Direção e da Gestão

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

Obs.: essa alternativa está errada pois ela se refere a organização, direção e gestão; e não uma competência nacional do SUS.

Alternativa: D

24. Ano: 2018 Banca: Prefeitura de Fortaleza - CE Órgão: Prefeitura de Fortaleza - CE

Analise as afirmações que seguem, assinalando V para Verdadeiro e F para Falso, e, em seguida, marque a opção com a sequência correta de cima para baixo. Conforme a Lei Orgânica da Saúde nº 8080/1990, é de competência da direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS):

( ) participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com sua direção estadual.

( ) participar da execução, do controle e da avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.

( ) formar consórcios administrativos intermunicipais.

a) V, F, V.

b) V, V, V.

c) V, F, F.

d) F, V, F.

Resposta

Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;

III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

VII - formar consórcios administrativos intermunicipais;

Alternativa: B

25. Ano: 2018 Banca: Prefeitura de Fortaleza - CE Órgão: Prefeitura de Fortaleza - CE

O Princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), que respalda e garante o acesso de todo e qualquer indivíduo aos serviços públicos de saúde, é:

a) universalidade.

b) participação da comunidade.

c) regionalização.

d) equidade.

Resposta

A universalidade de acesso aos serviços de saúde no SUS é garantida em todos os níveis de assistência;

Alternativa: A

26. Ano: 2014 Banca: CEPERJ Órgão: VIVA COMUNIDADE-VIVA RIO

A responsabilidade do Poder Público, em relação à saúde, mencionada na Lei 8.080/90:

a) é exclusiva das três esferas

b) é privativa do Estado

c) concorre com a iniciativa privada

d) não exclui o papel da família

e) não inclui o papel da sociedade

Resposta

O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Alternativa: D.

27. Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: INSS

Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsecutivo.

Os princípios que orientam as ações e os serviços públicos de saúde e serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS incluem a universalidade de acesso, a integralidade de assistência e a descentralização político-administrativa.

Resposta

Exato. Serve para revisão do conteúdo. Foi tranquilo e CESPE?! Quase incompatível, né.

Alternativa: Certo.

28. Ano: 2016 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta.

a) As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

b) Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

c) Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

d) A execução de ações de saúde do trabalhador, especialmente no que se refere à assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho, por tratar-se de matéria de competência da seguridade social, não está no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

e) Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam, de modo que não se aplica aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única.

Resposta

a) Certa.

b) Errada. Essa definição é de Vigilância Epidemiológica.

c) Errada. Essa definição é de Vigilância Sanitária

d) Errada. A Saúde do Trabalhador está incluída no campo de atuação do SUS.

e) Errada. Art. 10. Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam. § 1º Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.

Alternativa: A

29. Ano: 2016 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Sobre a política de recursos humanos na área de saúde, de acordo com a lei 8080/90, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal, é um dos objetivos da política de recursos humanos na área de saúde.

II. Valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde-SUS é um dos objetivos da política de recursos humanos na área de saúde.

III. Os serviços públicos que integram o Sistema Único de Saúde-SUS constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.

IV. Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos não poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde-SUS.

a) I, II, III e IV são corretos

b) Apenas I e II são corretos

c) Apenas I, II e III são corretos

d) Apenas II e IV são corretos

e) Apenas III e IV são corretos

Resposta

a) I, II, III e IV são corretos

b) Apenas I e II são corretos

c) Apenas I, II e III são corretos

d) Apenas II e IV são corretos

d) Apenas III e IV são corretos

No item IV (onde contém a única alteração a se fazer) já diz que o acúmulo é legal e o podem (tire o não) realizá-los nos estabelecimentos do SUS.

Alternativa: C.

30. Ano: 2016 Banca: FUNCAB Órgão: EMSERH

De acordo com as diretrizes do SUS previstas na Constituição Federal, o atendimento integral deve priorizar as atividades:

a) preventivas.

b) assistenciais.

c) curativas.

d) complementares.

e) especializadas.

Resposta

Deve priorizar as atividades preventivas, sem prejuízo das assistenciais.

Alternativa: A.



Me acompanha lá no Insta: @prof.ligiacarvalheiro

Grande abraço!

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.